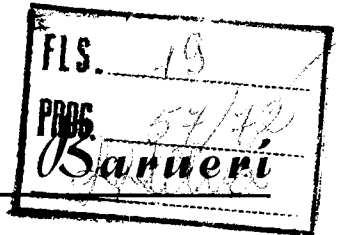




Prefeitura Municipal de

ESTADO DE SÃO PAULO



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

1. PROJETO DE LEI:

O presente projeto de lei dispõe sobre o quadro de pessoal do Executivo, criação, extinção e transformação / de cargos, classificação e reclassificação de cargos, estabelecimento de paridade de vencimentos e dá outras providências.

Tal projeto é decorrência do projeto que trata da organização administrativa da Prefeitura. É uma proposição de necessidade e que virá beneficiar não só os funcionários em geral, bem como a administração em si, pois, o projeto cuida do estabelecimento da paridade de vencimentos, cumprindo, assim, dispositivos constitucionais.

O projeto de lei anexo é importante para o Município, de vez que, apresenta inovações que virão sanar falhas existentes na Administração e, em proveito não só do poder público, mas, também, dos funcionários em geral, isto, considerando que, a proposição a exemplo do que efetuou o Estado, prevê a paridade de vencimentos com o enquadramento do pessoal em faixas caracterizadas com o nível de complexidade de atribuições e grau de responsabilidade adotadas. Nota-se, mais que, o Executivo poderá, anualmente, na forma legal, promover o funcionário de um grau para outro ensejando, por conseguinte, à administração maior liberdade de ação.

Outros dispositivos de igual significado constam da proposição e que serão observados pelos ilustres edis que, assim, poderão aquilatar a grande valia do projeto de lei em questão.

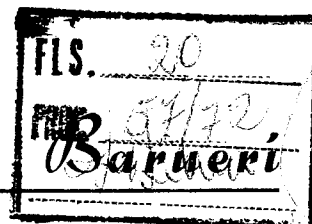
2. NÚMERO DE CARGOS:

Com referência ao número de cargos, são neces-



Prefeitura Municipal de

ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 2

sárias as observações seguintes:

I - CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Pela legislação vigente existem atualmente:

- a - 3 Assessores;
- b - 1 Chefe de Gabinete;
- c - 1 Secretário da Junta do Serviço Militar;
- d - 1 Supervisor;
- e - 1 Merendeira.

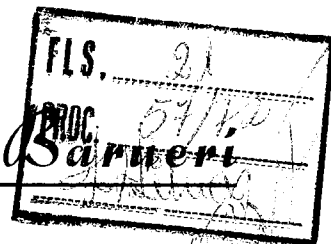
De acordo com o projeto de lei anexo serão suprimidos os cargos de Secretário da Junta do Serviço Militar e de Merendeira, pois, o cargo de Secretário da Junta/ do Serviço Militar não compete ao Município criar. Conforme estabelece a Lei do Serviço Militar, ao Município cabe/ colocar um funcionário à disposição das autoridades militares para que esse servidor público exerça as funções do referido cargo que já é criado pela citada Lei do Serviço Militar. Assim, o município não tem competência para criar / tal cargo, em virtude do que, propõe-se a sua extinção. / Quanto cargo de merendeira, entendemos que não há necessidade de existir um cargo em comissão para tal natureza de/ trabalho, e, além do mais, as pessoas que exercem as fun- / ções dessa espécie de trabalho, são contratadas.

A propositura em tela cria dois cargos de Diretores, sendo que, os referidos cargos destinam-se: um ao Departamento de Educação e Cultura e outro ao Departamento de Saúde. Acreditamos que nada é preciso acrescentar quanto à conveniência e necessidade de poder o município contar com tais órgãos em funcionamento. Observa-se, ainda, que o município até bem há pouco dispendia numerário com médico e assessor de educação, em importâncias não condizentes com as funções mencionadas, motivo pelo qual, torna-se necessária a providencia proposta criando os departamentos, com vencimentos à altura dos referidos cargos, pois, só / dessa forma, poderá Barueri contar com a solução inicial / dos dois problemas: educação e saúde.



Prefeitura Municipal de Barueri

ESTADO DE SÃO PAULO



fls.3

II - CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

De acôrdo com a legislação em vigor, temos
presentemente:

- a - 1 contador;
- b - 1 encarregado de lançadoria;
- c - 1 tesoureiro;
- d - 1 fiscal de rendas;
- e - 1 sub-contador;
- f - 2 lançadores;
- g - 1 caixa;
- h - 1 auxiliar de obras;
- i - 1 mecânico-motorista;
- j - 3 tratoristas;
- l - 4 fiscais;
- m - 1 encarregado de pessoal, expediente e /
protocolo;
- n - 6 professores;
- o - 4 motoristas;
- p - 1 bibliotecário;
- q - 4 pedreiros;
- r - 1 feitor;
- s - 1 administrador de cemitério;
- t - 2 atendentes;
- u - 2 contínuos;
- v - 8 serventes.

Agora, pelo projeto de lei em questão, esta-
mos:

a - suprimindo o cargo de sub-contador, dada
a desnecessidade do mesmo;

b - dando denominação adequada ao cargo de /
"encarregado de pessoal, expediente e protocolo" para "encar-
regado de seção" e, ao mesmo tempo, criando mais dois cargos,
pois, serão necessários os mesmos, assim: 1 para lançadoria e
outro para compras;

c - criando: 1 cargo de Auxiliar de Contabi-
lidade; 1 cargo de Atendente de Saúde e 1 cargo de Almoxarife.
Como se vê, é necessário o cargo de Auxiliar de Contabilida-
de, pois, assim, o município contando com um contador, não /



Prefeitura Municipal de Barueri
ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. 22
PROC. 24125
Barueri

fls. 4

precisará dispor de um sub-contador. O Auxiliar de Contabilidade atenderá convenientemente as necessidades dos serviços, com real economia para o município. Com referência ao cargo de Atendente/ de Saúde, temos a afirmar que este Executivo pretende instalar / adequadamente o Departamento de Saúde, precisando, para tanto, / contar com um Atendente que tenha capacidade para o cumprimento / das finalidades da referida função, em virtude do que, estabele- cemos um padrão de vencimentos equiparado a cargos destacados / dentro do quadro de pessoal. Quanto ao cargo de Almoxarife, os / senhores Vereadores sabem perfeitamente que uma das determinações do Tribunal de Contas, é a existência de Almoxarifado, com o res- pectivo Almoxarife, o que, assim, dispensa qualquer justificação;

d - transformando os cargos de encarregado de/ lançadonia em "Chefe de Seção" e de tesoureiro em "Chefe do Tesou- ro". Tais transformações não implicarão em nada na estrutura ad- ministrativa da Prefeitura, muito pelo contrário, virá dar maio- res condições de funcionamento dos órgãos afetos a tais cargos e inclusive, propiciar as titulares melhores possibilidades de tra- balho em face das obrigações e deveres que os mesmos têm.

III - CARGOS DE CARREIRA DE PROVIMENTO EFETIVO

Conforme a legislação em vigor, o Município / conta com 5 escriturários, nível V e 5 escriturários, nível III.

Pelo projeto de lei, continua o mesmo número de cargos, ou seja, 5 escriturários, nível "A" e 5 escriturários, ní- vel "B", em nada alterando, portanto, a quantidade de cargos.

IV - CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO, A SEREM EX- TINTOS NA VACÂNCIA

Pela legislação vigente, existem apenas 12 car- gos de operários a serem extintos na vacância. Entretanto, pelo projeto de lei anexo, incluímos mais os cargos abaixo enumera- dos, para serem extintos na vacância:

- a - 3 tratoristas;
- b - 1 mecânico-motorista;
- c - 4 motoristas;
- d - 2 atendentes;



Prefeitura Municipal de

ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 5

- e - 6 serventes, diminuindo dois cargos;
- f - 8 operários, diminuindo quatro cargos.

Observa-se assim que:

a - foram suprimidos dois cargos de Servente e quatro cargos de operário;

b - a inclusão dos referidos cargos na tabela IV, ou seja, de cargos a serem extintos na vacância é / uma medida altamente significativa para a administração, pois, vemos ininterruptamente que o quadro de pessoal fixo eleva-se sem que, os responsáveis adotem medidas capazes / de por fim à situação. Ou é o apadrinhamento, ou é a política que interfere no assunto e, assim, vemos pedreiros, motoristas, etc. serem guiados ao quadro fixo da administração, quando o certo, o correto é a contratação de pessoal dessa categoria, ou seja, dessa e de outras categorias.

Acreditamos que com esta medida estamos co laborando para que o município de Barueri, aos poucos diminua seu quadro de pessoal fixo, permanecendo no mesmo, só mente aqueles cargos de necessidade e com especialização/ necessária.

3. DESPESAS:

Com respeito às despesas que o projeto acarretará ao Tesouro Municipal, para o perfeito conhecimento dos nobres Vereadores, entendemos, mais conveniente, apresentar o quadro que se segue, onde, com exatidão poderão/ ser constatadas as despesas atuais mensais e futuras, isto, com respeito ao pessoal efetivo, contratados e em comissão.

Outro fator que deve ser levado em conta, é aquele que trata da possibilidade do Executivo não preencher todos os cargos, no corrente exercício, isto, não só em decorrência da demora de tempo para a realização de concursos, bem assim, em face da contingência de não serem preenchidos os citados cargos.

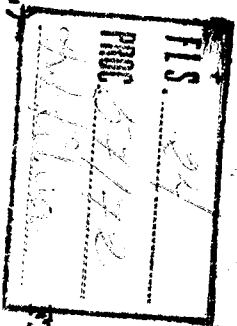
Segue-se o quadro mencionado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

ESTADO DE SÃO PAULO

P R E V I S Ã O : DESPESAS CORRESPONDENTES AOS MESES DE MAIO (ATUAL), E JUNHO (FUTURA) DE 1972



31-6

A T U A L - M E N S A L	FUTURA - MENSAL - JUNHO / DEZEMBRO	
MAIO	JUNHO (FUTURA LEI EM VIGOR)	JUNHO / DEZEMBRO (FUTURA LEI EM VIGOR)
Cr\$ 55.847,03	Cr\$ 74.830,00	Cr\$ 74.830,00

OBS: 1ª) Nas previsões constantes deste quadro, estão inseridos os vencimentos e demais vantagens de 17 funcionários que integram o quadro de pessoal do Centro Educacional de Barueri, conforme convênio com o Governo do Estado de São Paulo.

2ª) Atualmente o Município dispense com o seu funcionalismo:
com a nova lei em vigor, dispenderá: Cr\$ 55.847,03,
o que significa dizer que o aumento total mensal, será da Cr\$ 74.830,00,
ordem de : Cr\$ 18.982,70

Prefeitura Municipal de Barueri, 31 de maio de 1972

ARNALDO RODRIGUES BITTENCOURT
PREFEITO MUNICIPAL DE BARUERI



Prefeitura Municipal de

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS.	25
PROC.	57/72
Barueri	

fls. 7

4. RECURSOS:

Os recursos para o atendimento das despesas que o projeto de lei acarretará ao município, encontram-se na arrecadação da quota a que Barueri tem direito no Imposto sobre minérios, a qual eleva-se de mês para mês, notando-se que, presentemente, estamos arrecadando mensalmente, cr.\$ 43.000,00 (quarenta e três mil cruzeiros), prevendo-se, para até o final do exercício que essa cifra atinja o total de cr.\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

Existem ainda os recursos do imposto sobre serviços que, no momento, em decorrência do desenvolvimento dos serviços da Petrobrás, o Município arrecada, mensalmente, cr.\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), cuja previsão para, a partir de setembro de 1972, é de cr.\$..... 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) mensais.

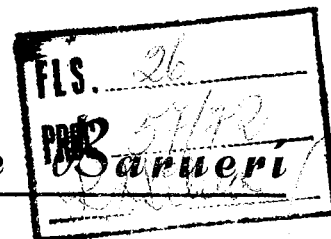
Excluindo estes dois fatores preponderantes e altissonantes na arrecadação municipal, temos ainda a acrescentar o produto do ICM que, obrigatoriamente será recolhido pela Petrobrás, onde o município terá, através dos caminhos competentes, a sua parcela que por direito lhe cabe.

Observa-se que, os recursos para o atendimento da futura lei existem e as despesas não sobrecarregarão o município, pois, embora, no momento, estejamos arrecadando uma cifra de cr.\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil cruzeiros) mensais que até 90 dias atrás não era arrecadada, a propensão do aumento dessa cifra é insofismável e patente. Além do mais, com a atual arrecadação, simplesmente, já temos recursos para atender com bastante elasticidade a futura lei.



Prefeitura Municipal de

ESTADO DE SÃO PAULO



fls. 8

5. CONCLUSÃO:

Como se depara da exposição feita, poucos cargos serão criados e a fixação de novos vencimentos nada mais é do que uma retribuição justa aos funcionários municipais que até a presente data não tiveram uma fixação correta de vencimentos; a administração sempre, por circunstâncias as mais variadas foi obrigada a conceder abonos salariais, abonos êsses que por imposição legal nunca poderão ficar incorporados definitivamente aos vencimentos fixados. Assim, presentemente, com a proposição em tela ficará regularizada a situação.

O projeto de lei é uma necessidade para a comuna e para os funcionários municipais, não só pelo importante significado que representa para a organização administrativa do município, assim como para a melhoria das condições funcionais de todos aqueles que prestam sua colaboração a Barueri.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARUERI, AOS

31 DE MAIO DE 1972.

-ARNALDO RODRIGUES BITTENCOURT-

Prefeito Municipal